

# Sumário

---

PRÓLOGO .....	7
APRESENTAÇÃO À 8ª EDIÇÃO .....	11
INTRODUÇÃO .....	19
1. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL .....	27
1.1. Princípio da humanidade .....	28
1.2. Princípio da legalidade .....	37
1.3. Princípio da não marginalização (ou não discriminação) das pessoas presas ou internadas.....	42
1.4. Princípio da individualização da pena .....	52
1.5. Princípio da intervenção mínima .....	53
1.6. Princípio da culpabilidade .....	56
1.7. Princípio da lesividade .....	59
1.8. Princípio da transcendência mínima.....	60
1.9. Princípio da presunção de inocência .....	65
1.10. Princípio da proporcionalidade.....	67
1.11. Princípio da celeridade (ou razoável duração) do processo de execução penal .....	71
1.12. Princípio do <i>numerus clausus</i> (número fechado) .....	75
2. NATUREZA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL .....	87
3. JURISDIÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL .....	91
4. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA .....	95
4.1. Execução provisória de pena restritiva de direitos .....	98
5. DIREITOS NÃO ATINGIDOS NA EXECUÇÃO .....	101
6. DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS CONDENADOS E AOS INTERNADOS .....	121
6.1. Assistência ao preso, internado ou egresso.....	125

<b>7.</b>	<b>TRABALHO PENITENCIÁRIO .....</b>	<b>137</b>
7.1.	Trabalho externo.....	143
<b>8.</b>	<b>DEVERES E DISCIPLINA .....</b>	<b>151</b>
8.1.	Deveres .....	151
8.2.	Disciplina.....	153
8.2.1.	Poder disciplinar na execução penal .....	157
8.2.2.	Faltas disciplinares de natureza grave .....	167
8.2.3.	Regime disciplinar diferenciado.....	194
8.2.4.	Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima.....	203
8.2.5.	Prescrição de faltas disciplinares .....	205
8.2.6.	Sanções disciplinares .....	207
8.2.7.	Recompensas.....	212
8.2.8.	Procedimento disciplinar.....	214
<b>9.</b>	<b>ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL .....</b>	<b>221</b>
9.1.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária .....	222
9.2.	Juízo da execução .....	223
9.3.	Ministério Público .....	225
9.4.	Conselho Penitenciário .....	226
9.5.	Departamentos Penitenciários.....	229
9.6.	Patronato .....	230
9.7.	Conselho da Comunidade.....	231
9.8.	Defensoria Pública.....	232
<b>10.</b>	<b>ESTABELECIMENTOS PENAIS .....</b>	<b>239</b>
10.1.	Penitenciária.....	244
10.2.	Colônia Agrícola, Industrial ou Similar.....	245
10.3.	Casa do Albergado.....	246
10.4.	Centro de Observação.....	246
10.5.	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico .....	247
10.6.	Cadeia Pública.....	249
<b>11.</b>	<b>EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE .....</b>	<b>251</b>
11.1.	Regimes de cumprimento de pena .....	252
11.2.	Crime continuado e concurso formal de crimes na execução penal .....	259

---

11.3.	Progressão de regime.....	265
11.3.1.	Requisitos objetivos.....	267
11.3.2.	Requisitos subjetivos.....	285
11.3.3.	Progressão de regime para preso estrangeiro.....	293
11.3.4.	Competência.....	294
11.3.5.	Possibilidade de apreciação de progressão de regime em sede de <i>habeas corpus</i> .....	295
11.3.6.	Progressão para o regime aberto.....	295
11.4.	Prisão-albergue domiciliar.....	299
11.4.1.	Hipóteses de prisão-albergue domiciliar.....	301
11.4.2.	Prisão domiciliar substitutiva da prisão preventiva.....	304
11.5.	Regressão de regime.....	306
11.6.	Autorizações de saída.....	311
11.6.1.	Permissão de saída.....	311
11.6.1.1.	Características da permissão de saída.....	312
11.6.2.	Saída temporária.....	312
11.6.2.1.	Características da saída temporária.....	315
11.6.2.2.	Revogação da saída temporária.....	321
11.7.	Remição de pena.....	323
11.7.1.	Outras hipóteses de remição.....	340
11.8.	Livramento condicional.....	345
11.8.1.	Requisitos objetivos.....	347
11.8.2.	Requisitos subjetivos.....	354
11.8.3.	Condições do livramento condicional.....	359
11.8.4.	Livramento condicional para presos estrangeiros.....	362
11.8.5.	Suspensão do livramento condicional.....	363
11.8.6.	Revogação do livramento.....	364
11.8.7.	Extinção da pena.....	366
11.8.8.	Possibilidade de apreciação de livramento condicional em sede de <i>habeas corpus</i> .....	368
11.9.	Monitoração eletrônica.....	369
12.	REABILITAÇÃO.....	375

13. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....	377
14. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA ( <i>SURDIS</i> ) .....	383
15. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA .....	387
16. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA .....	389
17. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	393
17.1. Prazos da medida de segurança.....	402
17.2. Prescrição da medida de segurança.....	406
17.3. Detração da medida de segurança .....	406
18. INCIDENTES DE EXECUÇÃO .....	409
18.1. Conversões .....	409
18.2. Excesso ou desvio de execução .....	413
18.3. Anistia .....	414
18.4. Indulto e comutação de penas .....	416
18.4.1. Natureza da sentença que concede o indulto e a comutação .....	420
18.4.2. Indulto e comutação de pena em crimes hediondos .....	421
18.4.3. A relação entre graça e indulto.....	423
18.4.4. Modalidades de indulto .....	424
18.4.5. Requisitos subjetivos para a comutação e o indulto .....	424
18.4.6. Vedações à comutação e ao indulto .....	426
18.4.7. Exigência de outros requisitos que não estejam no Decreto Presidencial.....	430
18.4.8. Procedimento .....	431
19. PROCEDIMENTO JUDICIAL DA EXECUÇÃO, AGRAVO EM EXECUÇÃO E OUTROS RECURSOS.....	433
20. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA COMO MECANISMO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: NOVOS PARADIGMAS .....	441
20.1. Paradigma e exemplo para o Brasil.....	447
20.1.1. Encarceramento em espaços reduzidos.....	447
20.1.2. Superlotação como forma de tratamento desumano ou degradante....	448
20.1.3. Natureza estrutural e sistêmica da superlotação .....	451

20.1.4. Relativização da relação jurídica entre Estado e indivíduo .....	453
20.1.5. Ilegalidade do encarceramento em condições precárias ou de superlotação .....	455
20.1.6. Dever jurídico-constitucional de supressão da superlotação .....	463
REFERÊNCIAS .....	467